

INVESTINDO NA ESCOLA: LUTERO E ALGUMAS PROPOSTAS PARA EFETIVAÇÃO DE UMA REFORMA NA EDUCAÇÃO

Vinicius Couto

RESUMO

O presente artigo investiga as posições de Martinho Lutero quanto à reforma na área da educação. O que precisava ser feito para que uma reforma educacional ocorresse efetivamente na Alemanha quinhentista? A hipótese que sustenta esse trabalho é que Lutero fez a leitura de mundo encontrando necessidades de investimento escolar, políticas públicas transeuntes, responsabilidade pela educação do Estado e não mais da Igreja e conscientização da população quanto à importância de se enviar os jovens para estudar. Nosso objetivo é investigar as principais propostas de Lutero para a reforma educacional na Alemanha dos Quinhentos e nossos objetivos específicos são três: (1) entender como a educação alemã funcionava no período predecessor à Reforma Protestante; (2) avaliar a amplitude do movimento de reforma para além da religião, a partir do recorte da educação; e (3) analisar os pensamentos de Lutero concernentes à educação a partir de suas principais fontes primárias. A justificativa dessa pesquisa vai na direção de que a Reforma Protestante

alemã é majoritariamente estudada sob o prisma religioso e teológico, mas possui importantes narrativas educacionais que ainda se relacionam com a realidade brasileira do século XXI. A fundamentação teórica desta pesquisa se concentra nas obras de Lutero (1987, 1988 e 1995) e em estudiosos do recorte educacional da reforma luterana, como Arnold (2019), Jardimino (2009) e Zabilka (1969). Nossa metodologia é bibliográfica e documental, com método exploratório. O resultado esperado é que este artigo possa contribuir com os estudos historiográficos da educação na Reforma Protestante e que seja relevante para as interfaces com o presente século.

Palavras-chave: Martinho Lutero; Reforma educacional; Reforma Protestante.

ABSTRACT

This article investigates Martin Luther's positions on educational reform. What needs to be done for educational reform to occur in 16th-century Germany? The hypothesis that supports this work is that Luther read the world and found the need for educational investment, temporary public policies, responsibility for education of the State rather than the Church, and awareness of the population regarding the importance of sending young people to study. Our goal is to investigate Luther's main proposals for educational reform in 16th-century Germany, and our specific objectives are three: (1) to understand how German education functioned in the period preceding the Protestant Reformation; (2) to assess the breadth of the reform movement beyond religion, from the perspective of education; and (3) to analyze Luther's thoughts on education based on his main primary sources. The justification for this research is that the German Protestant

Reformation is mostly studied from a religious and theological perspective, but it has important educational narratives that still relate to the Brazilian reality of the 21st century. The theoretical basis of this research focuses on the works of Luther (1987, 1988 and 1995) and on scholars of the educational aspect of the Lutheran Reformation, such as Arnold (2019), Jardimino (2009) and Zabilka (1969). Our methodology is bibliographical and documentary, with an exploratory method. The expected result is that this article can contribute to the historiographical studies of education in the Protestant Reformation and that it is relevant to the interfaces with the current century.

Keywords: Martin Luther; Educational reformation; Protestant Reformation.

INTRODUÇÃO

Martinho Lutero (1483-1546) geralmente é mais lembrado com respeito às suas contribuições para a reforma religiosa na Alemanha, como o precursor de um movimento bem maior, conhecido como Reforma Protestante. No entanto, valores educacionais que usufruímos hoje, no que diz respeito à democratização da Educação, a responsabilidade do Estado em promovê-la e a importância de investimento nessa área, foram pontos de sua busca incansável para uma reforma também na educação. Embora ele não tenha sido o único e nem o primeiro a pensar nessas coisas, suas contribuições se tornaram importantes para sua época, um período de mudança de paradigmas que também se estendia em diversas áreas da sociedade.

Diante disso, o presente artigo investiga as contribuições de Lutero para a Educação. Iniciamos averiguando como era o sistema educacional antes das propostas luteranas, a fim de entendermos o cená-

rio anterior e quais eram as principais necessidades de mudança. Em seguida, avaliamos a reforma educacional em sua concomitância com a reforma religiosa, de modo que, num primeiro momento, as duas estão um tanto quanto fundidas em suas preocupações. Finalmente, analisamos algumas opiniões de Lutero quanto à reforma educacional a partir das principais fontes primárias desse reformador, em tratados e cartas que ele escreveu para lidar exclusivamente com os desafios educacionais de seus dias.

EDUCAÇÃO ANTES DA REFORMA LUTERANA

O período que antecede a Reforma Protestante alemã (que, na verdade, precisa ser visto com maior amplitude, de modo plural, sobretudo quando pensamos na complexidade dos movimentos reformistas da Europa), é marcado por um modelo educacional mais fechado, caracterizado pela formação dos nobres e das pessoas vocacionadas ao clero. O principal veículo de formação se concentrava nos mosteiros, seguida pelas escolas seculares e, finalmente, pelas universidades que estavam em formação na Idade Média. Tratava-se, principalmente, de escolas orientadas para a formação de profissões, em especial a ministerial / clerical.

As escolas monásticas se multiplicaram principalmente a partir do século VII e podiam ser rastreadas em todos os países da Europa. Eles cumpriam alguma função social no sentido de servirem de asilo para pessoas oprimidas e, ao mesmo tempo, serviam como uma estação missionária para os pagãos. Eram consideradas pelos medievais como repositório do conhecimento e do aprendizado, como a morada das artes e ciências. A educação, neste modelo, era totalmente responsabilidade da Igreja, que usava do currículo das artes liberais para os interesses eclesiais. O texto a seguir ilustra essa convergência (ou redução?) de todo conhecimento ao sagrado:

A lógica foi aplicada à teologia; edições expurgadas da aritmética latina estendidas a apenas algumas geometrias que consistiam em extratos escassos simples das regras de Euclides; a astronomia errada era limitada na maioria das escolas ao arranjo do calendário da Igreja; e a música era confinada ao aprendizado de hinos. A pedagogia do século IX pode ser julgada pelo seguinte extrato de Rhabanus Maurus: “A aritmética é importante por conta dos segredos contidos nos números; as Escrituras também encorajam seu estudo, pois falam de números e medidas. A geometria é necessária, porque nas Escrituras círculos de todos os tipos ocorrem na construção da arca e do templo de Salomão. Música e astronomia são necessárias em conexão com o serviço divino, que não pode ser celebrado com dignidade e decência sem música, nem em dias fixos e definidos sem astronomia” (Painter, 2023, p. 77-78).

No século VIII, escolas paroquiais e catedrais também foram desenvolvidas, mas não escapavam da realidade das monásticas. Seguiam o mesmo padrão, absorvendo todo conhecimento para o âmbito eclesial. Os padres das catedrais eram os responsáveis pelo estabelecimento, organização e condução de tais escolas. Elas eram principalmente direcionadas para candidatos ao sacerdócio, àqueles que entendiam ser vocacionados para o serviço sagrado. Nelas, os jovens vocacionados eram familiarizados com os elementos litúrgicos e doutrinários da Igreja. O método pedagógico, no entanto, não era tão focado na leitura e escrita, senão na memorização catequética.

Nesse ínterim, também encontramos a escola secular, isto é, sem

a ligação precisa com a Igreja. Ela vai em duas direções. Em *primeiro lugar*, mencionamos a *cavalheiresca*, formada pela cavalaria, que seguia como uma forma de resistência ao caráter unilateral da educação religiosa, mas que também só pôde ocorrer devido às condições sociais peculiares, de modo que apenas pessoas de estamentos sociais mais altos teriam acesso. Em contrapartida, a Igreja olhava com desconfiança para a autoridade hierárquica de tais escolas, usadas sob certo despotismo, e recheada de mundanidade quando comparadas com os princípios católicos.

Painter (2023, p. 80) explica que “a educação cavalheiresca contrastava fortemente com a da Igreja. Ela atribuía importância ao que as escolas da Igreja negligenciavam e condenavam”. Nas escolas da cavalaria, a cultura física era amplamente valorizada, as boas maneiras eram cuidadosamente desenvolvidas e o apreço pela glória era continuamente incentivado, indo, de certo modo, na contramão de valores da Igreja. Outrossim, a língua nativa era promovida e utilizada como veículo principal para as obras literárias, a despeito do latim. A natureza, longe de ser tratada como algo em conflito com os interesses espirituais, inspirava os sentimentos mais elevados e as alegrias mais puras. Ao invés de vislumbrar apenas o lado sacro da arte, na formação intelectual da cultura cavalheiresca, a música e a poesia mais amplas ocupavam lugar de destaque.

Em *segundo lugar*, outra transição educacional secular importante acontecia por meio do estamento da *burguesia*. Ela era realizada nas guildas, que prosseguiram formando profissionais para o comércio e mão-de-obra especializada, abrindo o caminho para o crescimento do estamento em questão, que vinha à ascensão desde o século XV (MOUSNIER, 1973, vol. 1, p. 133). Esse processo colaborou para o acúmulo primitivo de bens, uma espécie de protocapitalismo da pré-modernidade. As profissões dos burgueses contribuíram para o avanço do novo sistema socioeconômico que estava em alta. Febvre (2012, p. 130) afir-

ma: “Ora, no início do século XVI, os burgueses da Alemanha, sobretudo os comerciantes, começam a ganhar dinheiro, muito dinheiro”. Suas escolas ensinavam o lucro, uma nova forma de exploração. Nas palavras de Febvre (2012, p. 131), “o açambarcamento, os ‘monopólios’, o embuste sobre a qualidade e a quantidade; a exploração cínica e sem piedade dos fracos e dos pobres: é isso que se aprende na nova escola”.

A burguesia estava em alta em suas relações comerciais e artesanais. A necessidade de educação adaptada a eles era emergente e urgente. Daí, surgiram escolas seculares chamadas de *escolas da cidade*, *escolas burguesas* ou *escolas de escrita*. Variava de acordo com a ênfase de cada escola. O currículo geralmente era mais prático e profissionalizante. A princípio, o clero reivindicava o controle sobre tais escolas, mas nem sempre a Igreja conseguia tal investidura. Quando conseguia, leigos eram nomeados como professores e suas funções eram todas prescritas em contrato. Painter (2023, p. 81) explica que, em tais casos, “o professor principal, que era contratado por um ano, empregava e pagava seus assistentes. Os salários mal eram suficientes para suprir as necessidades da vida”.

Não era tão simples o acesso à educação. Como se pode perceber, era elitizado aos nobres ou destinado aos vocacionados. As mulheres nobres poderiam estudar e ir além das artes consideradas femininas, como costura, tricô, bordado e tarefas domésticas. As que estudavam, em casos excepcionais, aprendiam a ler e a escrever tanto a língua materna quanto o latim. O povo mais pobre, em contrapartida, precisava pensar em como sobreviver. Deste modo, por não terem condições de estudar, seguiam para o trabalho que lhes era cabível. Se para os homens pobres era quase impossível estudar, as mulheres pobres, portanto, estavam excluídas da educação. Zabilka (1969) resume esse caminho educacional no período em que Lutero viveu:

Se um jovem não fosse destinado à igreja ou a uma das profissões eruditas — teologia, direito ou medicina — por que ele deveria desperdiçar seu tempo em adquirir uma educação que não tivesse relação direta com o mundo do comércio e da indústria? Que ele aprenda um ofício em tenra idade e, assim, garanta seu sustento (Zabilka, 1969, p. 27).

O movimento humanista também era algo muito importante para aquele período e impactou a educação. Muitos estudiosos seguiam firmes no lema *ad fontes* (às fontes), buscando um retorno aos materiais primários da literatura clássica. Isso fez com que estudos linguísticos avançassem, de modo que conhecimentos lexicográficos e etimológicos foram para um nível muito mais profundo, gerando especialistas em idiomas clássicos como o grego e o hebraico, idiomas bíblicos, devido à leitura técnica de obras clássicas da filosofia, história e outras áreas do saber.

Esse modelo educacional, na Alemanha, evoluiu para o que era chamado de *Trivialschule* (Escola Trivial) – que não deve ser visto em tom pejorativo, mas na ideia de Elementar –, onde era ensinado principalmente o Trivium, composto pelas disciplinas de gramática latina, lógica e retórica. Nas universidades, além do currículo anterior, era acrescentado o Quadrivium, composto por Aritmética, Geometria, Música e Astronomia, completando as chamadas sete artes liberais. A formação básica dos nobres e, eventualmente, dos considerados vocacionados, seguia uma divisão tríplice, como explica Schwiebert (1950):

[...] esta escola foi dividida em três *Haufen*, ou grupos. Primeiro, havia os *Tabulisten*, ou iniciantes, que apren-

diam o ABC do latim, que era em grande parte uma memorização de formas elementares e o conteúdo do *Fibel*, ou latim iniciante. [...] O segundo grupo, frequentemente chamado de *Donatisten*, recebeu esse nome em homenagem ao *Donat*, um livro didático de latim medieval. O *Donat* foi publicado com uma versão interlinear alemã, tornando possível o estudo da gramática pelo método direto. O estudo da língua latina nesta divisão tornou-se muito mais formal. [...] Assim, por volta da conclusão da sexta série, o aluno estava bastante familiarizado com a maioria das partes do serviço da igreja católica e dominava a gramática elementar da língua latina. [...] O grupo da divisão superior era conhecido como *Alexandristen*, em homenagem a um livro didático de Alexander de Villedieu, na qual o aluno recebia gramática e sintaxe latina mais avançadas. Também tinha uma introdução ao alemão e fazia amplo uso dessa língua nativa nas explicações (Schwiebert, 1950, p. 111-112).

Contudo, esse modelo de educação favorecia a elite pensante ou os candidatos ao clero. A população, em geral, não estaria interessada num modelo tão reflexivo e focado no aprendizado de idiomas que seriam mais úteis no mundo acadêmico e religioso. O povo (mais especificamente que teria dinheiro para investir em educação) se preocupava com questões comerciais, em como poderia negociar produtos e serviços. Zabilka (1969, p. 28-29) explica que “o programa educacional dos humanistas, embora criasse o homem bem-educado, tendia a ser distante dos interesses e motivos materialistas do homem comum”, de modo que, “pouco antes da Reforma, houve uma alienação da educação das atividades práticas das massas”, resultando na “ascensão das ‘escolas vernáculas’, que eram devotadas à leitura e escrita

somente em alemão para fins comerciais”.

A ideia de uma educação vernacular ganhava alguma popularidade na profissionalização das guildas e na educação cavalheiresca, mas os pensadores de movimentos reformistas, como Erasmo de Rotterdam (1466-1536), contemporâneo de Lutero, com quem debates acalorados se seguiram nas primeiras décadas dos Quinhentos, entendiam a importância do latim para o contexto mais abrangente da intelectualidade renascentista. Nesse sentido, Jardimino (2009, p. 39) explica que, “mesmo considerando que a língua nacional continuava sem o prestígio devido nos estudos, a pedagogia da Renascença aos poucos vai lhe dando melhor guarida”, de modo que “os estudantes se expressassem para expor suas ideias e explicá-las; porém, o latim, continuava como estatuto de melhor instrumento para a Educação”. Vale lembrar que o latim tinha importância parecida como o inglês tem para o século XXI.

Finalmente, temos as universidades, que surgiram, a princípio, de maneira independente da Igreja e do ‘Estado’. Elas nasceram como iniciativas de associações livres entre os homens cultos e jovens aspirantes com direitos legais coletivos garantidos por príncipes, prelados ou suas cidades, tanto que o verbete latino *universitas* significa “um número de pessoas associadas em um corpo, uma sociedade, empresa, comunidade, guilda, corporação, etc” (Lewis; Short, 1945, p. 1933). A manutenção era feita motivada em interesses mútuos de conhecimento de ambas as partes. Uma das primeiras universidades foi a de Bolonha, que surgiu no século XII para o estudo do Direito; outra, foi a de Salerno, para o estudo da Medicina.

Ao longo do século XVI, as universidades ainda estavam em pleno desenvolvimento, sendo frágeis em muitos aspectos no que tange a estudos, métodos e até mesmo disciplina. Como destaca Painter (2023, p. 83), “os professores davam palestras, ditavam, interpretavam e os

alunos ouviam e memorizavam. O princípio da autoridade prevaleceu”. Não obstante, “havia pouca liberdade intelectual; os professores eram vinculados à autoridade de Aristóteles e da Igreja, e os alunos à autoridade do professor”, de modo que “a educação não visava ao desenvolvimento de todas as faculdades, mas ao armazenamento da memória com certos fatos de maior ou menor importância em relação à Igreja ou à vida prática” (Painter, 2023, p. 83).

A narrativa apresentada até aqui evidencia como o modelo educacional que antecedeu a Reforma Protestante estava profundamente enraizado na autoridade eclesiástica e nos interesses de classes específicas, como os nobres e o clero. Apesar de oferecer avanços em áreas como as artes liberais, esse modelo era limitado em seu alcance social e frequentemente desconectado das necessidades práticas da população em geral. Em nossa próxima seção, abordaremos o a atuação de Martinho Lutero na reforma educacional alemã, mostrando que ele desafiou não apenas as estruturas religiosas, mas também os fundamentos educacionais de seu tempo, defendendo uma educação mais inclusiva, prática e alinhada aos ideais reformistas, marcando uma nova era na relação entre conhecimento, fé e sociedade.

REFORMA LUTERANA E REFORMA EDUCACIONAL

Em seu *Debate para o esclarecimento do valor das indulgências* (As Noventa e Cinco Teses), Lutero repete a expressão “*docendi sunt christiani*” (os cristãos devem ser ensinados) entre as teses 42 e 51. Como a frase é mencionada no contexto de seu questionamento em torno de diversas doutrinas católicas, especialmente as indulgências, sua preocupação reflete uma educação religiosa que alcançasse os cristãos em nível mais popular, para que os ensinamentos e as práticas não fossem distorcidos. Como salienta Arnold (2019, p. 287), “de acordo com as teses 42 a 45, eles [i.e., os cristãos] devem ser ensinados que a intenção do

Papa não era colocar as indulgências na mesma categoria que as obras de misericórdia — em particular, a caridade”.

A tese 42 introduz essa preocupação e as seguintes dão alguma explicação prática, como a 43, em que ele declara: “deve-se ensinar aos cristãos que, dando ao pobre ou emprestando ao necessitado, procedem melhor do que se comprassem indulgências” (Lutero, 1987, vol. 1, p. 26). Nesses exemplos práticos, “Lutero exigiu que os cristãos fossem ensinados a preferir demonstrações de camaradagem para com o próximo em vez de egoísmo e permissividade, que são expressas pela compra de indulgências” (Arnold, 2019, p. 287). Ao se referir que não é a intenção do papa, “Lutero pensa ter o apoio papal ao discutir estas questões. Na época julga poder usar a opinião papal contra seus adversários. Somente alguns anos mais tarde é que verá que estava enganado” (Dreher, 1987, vol. 1, p. 26 – nota de rodapé 18).

De qualquer modo, é nesse íterim que Lutero transcende o movimento reformista, não se atendo apenas à religião, mas percebendo a importância da educação, haja vista que “no coração das famosas Noventa e Cinco Teses [...] encontra-se um programa de instrução” (Arnold, 2019, p. 289). Em sua perspectiva, o povo não podia ficar à mercê de pregadores que não ensinavam apropriadamente as doutrinas bíblicas. Eles deveriam ter acesso, em primeira mão, ao texto sagrado, e usufruir da liberdade de examinar (livre exame) a Bíblia. No entanto, duas grandes dificuldades advinham disso: em primeiro lugar, o texto no vernáculo e disponibilizado livremente para o povo; em segundo lugar, a capacidade de ler, já que a maioria das pessoas era analfabeta.

Perseguindo as necessidades mencionadas, em 1520 Lutero escreveu “À nobreza cristã da nação alemã, acerca da melhoria do estamento cristão”, propondo o estudo da Bíblia nas escolas superiores e básicas. Nesse texto, ele defendia uma reforma universitária e também da sociedade política. Ele sabia que era necessário alfabetizar as pes-

soas e nada melhor do que começar pelas crianças. O destaque é que não apenas os meninos deveriam ser ensinados, mas também as meninas. O instrumento principal de alfabetização deveria ser a Bíblia. Sabendo que ainda não havia a possibilidade plena de ensinar o texto sacro em alemão, ele até consentia que isso fosse feito em latim:

Nas escolas superiores e inferiores a lição mais importante e comum deveria ser a Sagrada Escritura, antes de qualquer coisa, e, para os meninos pequenos, o evangelho. Queira Deus que cada cidade tivesse também uma escola de meninas, na qual elas ouvissem o evangelho uma hora por dia, seja em alemão ou latim! (Lutero, 1988, vol. 2, p. 332).

Se alguém soubesse ler o latim, estaria alfabetizado para o alemão também. A maioria das versões bíblicas disponíveis ainda era em latim, sobretudo a Vulgata, versão oficial da Igreja Católica. Já seria um grande caminho aberto para o livre exame e para o contraste entre os ensinamentos e os escritos. Isso promoveria autonomia, emancipação, libertação. Mas não parava simplesmente com relação ao povo. A educação precisava ser mais crítica. Nas escolas superiores, onde os líderes religiosos eram formados, não bastava simplesmente ler as Escrituras, os formandos precisavam entendê-las. Assim, ele propunha o estudo das línguas originais e as artes liberais ao clero.

Ele denuncia que as universidades vinham perdendo seu propósito. Leituras clássicas vinham se tornando objeto de especulação e opinião, gerando disputas desnecessárias, que ele chama de “fadiga”. Aristóteles ainda era relevante. Os discentes deveriam aprender lógica e retórica a fim de se tornarem melhores em discurso e até mesmo

na pregação. “Por isso”, Lutero conclui, “sou da opinião de que não há tarefa mais digna de um papa ou de um imperador do que uma boa reforma das universidades; em contrapartida, nada há de pior e mais diabólico do que universidades não-reformadas” (Lutero, 1988, vol. 2, p. 330).

A educação superior não estava indo tão bem, em partes, devido à formação débil da educação inferior, isto é, a de base. A reforma educacional superior deveria contemplar, temporariamente, um ingresso menor de candidatos ao doutorado e uma melhoria no sistema basilar, a fim de que os jovens recebessem uma educação de qualidade. Assim Lutero comenta: “também não deveríamos mandar todo o mundo para lá — como acontece agora, quando só se pergunta pela quantidade, e cada qual quer ter um doutorado —, mas só os mais bem dotados, que previamente tenham recebido uma boa formação nas escolas menores” (Lutero, 1988, vol. 2, p. 333).

Não se tratava de educação elitizada, mas com foco na melhoria do que já existia. Quantidade não era a prioridade, e sim a qualidade, afinal, como atesta Schwiebert (1950, p. 112), “o aluno que havia concluído uma boa *Trivialschule*, como a de Mansfield [onde Lutero estudou], estava pronto para frequentar a Universidade, onde todas as tarefas eram feitas e entregues em latim”.

Por isso, sua preocupação com o povo não parava. Dois anos depois de seu texto à nobreza alemã, em 1522, ele publicou o Novo Testamento em seu idioma pátrio, o alemão (e concluiu o Antigo Testamento em 1534). Nele, Lutero trazia prefácios aos livros para ajudar na compreensão panorâmica da Bíblia. Se pensarmos que a mediação de professor e aluno não poderia ser feita presencialmente e em larga escala, Lutero procurou fazer isso por intermédio de seus prefácios, ajudando os leitores mais simples e menos experientes no manejo da Bíblia a entenderem assuntos básicos da fé. O humanista católico

Dirck Volckertszoon Coornhert (1522-1590), a partir de uma perspectiva reformista neerlandesa, enxergou traços positivos dessa educação popular de Lutero numa de suas gravuras, que analisamos a seguir.

Figura 1: Dirck Coornhert. Luther onthult het bedrog van de katholieke geestelijkheid, 1604



Fonte: Rijksmuseum, Amsterdam

Nela, Lutero é retratado como desvendando a monstruosidade do papa. Ele levanta a túnica do líder católico e aparecem animais asquerosos (uma cobra, um lobo, um chacal e um escorpião) que tipificam, de certo modo, o engano. Além disso, o maioral da Igreja usa uma mitra com a legenda latina “*abusus*” (abuso) e também aparece com um corpo monstruoso, como que apontando para a corrupção da instituição religiosa que ele representa. O reformador segura uma tocha acesa cuja legenda no cabo diz “*Testimonium Scripturae*” (Testemunho da Escritura). Lutero revela tal monstruosidade para um homem com três cabeças, apontado como “*vulgus*” (povo), pois a população é um organismo diversificado, com várias cabeças (ideias, mentalidades) diferentes.

Como Coornhert faz tais apontamentos visuais a partir do contexto neerlandês, também reconhece a importância de Erasmo de Rotterdam no reformismo dos Países Baixos dentro de uma perspectiva católica. Ao fundo, ele é retratado desmascarando um falso monge, que por dentro é, na verdade, um lobo. Essa representação lembra a denúncia de Jesus em seu sermão do monte, no capítulo sete do evangelho segundo Mateus, quando declarou que falsos profetas vêm vestidos de ovelhas, mas por dentro são lobos devoradores. Erasmo também tem um papel preponderante ao *vulgus*, i.e., o povo.

Contudo, interessante para nossa abordagem educacional, aparece um lavrador camponês escorado numa ferramenta de trabalho enquanto olha atentamente para a Bíblia. Tanto Lutero quanto Erasmo trabalharam em traduções da Bíblia e para sua democratização. Enquanto Erasmo produziu uma versão do Novo Testamento em latim, Lutero foi mais audaz fazendo uma tradução para o alemão, tornando mais acessível a leitura do texto para os moradores germânicos. Febvre (2012, p. 105) destaca que Lutero estava ansioso para comunicar “aos outros o precioso tesouro que acaba de descobrir. Aos outros? Em primeiro lugar, aos estudantes de seus cursos. À gente simples, em suas homilias”, mas também “aos teólogos, aos homens doutos, a seus pares, a seus antigos mestres, a seus êmulos... E eis Lutero, aos poucos, assumindo o papel de um chefe de escola”.

Sua tradução da Bíblia foi pensada para facilitar as pessoas de seu tempo, com foco na linguagem que o povo realmente falava. Em sua *Sendbrief vom Dolmetschen* (Carta Aberta sobre a Tradução), Lutero explicou que não se deveria “consultar o texto latino sobre como falar alemão” e sim “consultar a dona de casa, as crianças na rua e o homem comum no mercado, observando-os pronunciar suas palavras e traduzir de acordo [com o que falam]”, pois “dessa forma, eles entenderão e reconhecerão que estamos falando alemão com eles” (Lutero, 2017, p. 17).

É importante ressaltar que, a tradução de Lutero não foi a primeira para o vernáculo. Em seus dias, havia, no mínimo, dezoito edições completas da Bíblia em alemão medieval, que foram feitas entre os séculos XIII e XIV, além de cerca de noventa edições dos evangelhos (Arblaster; Juhász; e Latré, 2002, p. 116). No entanto, a prensa tipográfica colaborou com uma revolução comunicacional e, de certo modo, pulverizou diversos textos de Lutero, pois as discussões em torno da reforma religiosa estavam em alta efervescência. Nesse sentido, Lobenstein-Reichmann (2017) reconhece a importância da publicação de Lutero para a disseminação da alfabetização na Alemanha moderna.

No entanto, Lutero não focou apenas no aprendizado da Bíblia, embora os princípios bíblicos e do reino de Deus é que fariam a diferença na sociedade, em seu ponto de vista. A questão, é que ele sabia que uma boa educação seria essencial para mais que uma reforma religiosa, mas também social e política. Na próxima seção, discutimos alguns desses aspectos mais abrangentes da educação em Lutero a partir de algumas de suas principais fontes primárias, nas quais discutiu explicitamente o papel educacional diante das autoridades e para o povo, em geral.

PROPOSTAS DE LUTERO PARA UMA REFORMA EDUCACIONAL

Como já vimos, nos dias de Lutero, a educação era restrita aos nobres e ao clero, enquanto ele defendia o acesso às Escrituras e seu livre exame. No entanto, como isso poderia ocorrer, ou seja, como as pessoas poderiam analisá-las, se eram, em maioria, analfabetas? O caminho, para Lutero, era a alfabetização e a democratização da educação. Nesse sentido, ele avança em discussões do que chamaríamos hoje de políticas públicas, conclamando o Estado a se responsabilizar pela educação, retirando esse monopólio da Igreja e visando uma melhoria

do sistema educacional.

Em 1524, ele escreveu uma carta aberta “Aos Conselhos de todas as Cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs”. Nesse texto, ele sugere um caminho de educação que alcance as autoridades e também as pessoas mais simples da sociedade, de modo que lideranças políticas fossem preparadas em escolas específicas e que o povo, em geral, pudesse usufruir da alfabetização do alemão e da leitura crítica do vernáculo. Isso, obviamente, facilitaria a leitura da Bíblia e, a essa altura, já tinham o Novo Testamento traduzido. Arnold (2019, p. 292) confirma essa informação, alegando que nesta carta Lutero “ênfaticamente enfatizou a educação de todos — meninos e meninas — para que, notavelmente, pudessem ter acesso direto à Bíblia”.

As crianças não deveriam ficar de fora do acesso à educação. Arnold (2019, p. 293), explica que o texto de Mateus 19:14, era frequentemente “exibido na capa da maioria das edições de seu apelo aos Conselheiros...: “Lasst die kynder tzuo mir komen und weret yhnen nicht” (Deixem as crianças virem a mim, e não as impeçam)”, com intuito de demonstrar a não exclusão delas do sistema educacional. Se o ensino e a aprendizagem comesçassem desde cedo, o resultado a longo prazo, na sociedade, seria muito melhor. Contudo, faltava muita coisa para uma mudança efetiva.

No entanto, ao olhar para a realidade, Lutero se preocupava com a distância qualitativa que as escolas se encontravam. De acordo com ele, “constatamos hoje em todas as partes da Alemanha que as escolas estão no abandono. As universidades são pouco frequentadas e os conventos estão em declínio” (Lutero, 1995, vol. 5, p. 303). A educação é vista por ele como uma obra do amor cristão, algo que pode atender às necessidades individuais e coletivas. Por isso, seu clamor é para que esta situação de abandono seja solucionada e que as autoridades políticas façam a diferença, assumindo o dever em prol da educação. Um

caminho para a restauração das escolas é a generosidade do povo e o investimento. Por isso, Lutero destacou:

Também cada cidadão deveria pensar o seguinte: Até agora dispendeu inutilmente tanto dinheiro e bens com indulgências, missas, vigílias, doações, espólios testamentários, missas anuais pelo falecimento, ordens mendicantes, fraternidades, peregrinações e toda a confusão de outras tantas práticas deste tipo; estando agora livre dessa ladroeira e doações para o futuro, pela graça de Deus, que doravante doe, por agradecimento e para a glória de Deus, parte disso para a escola, para educar as pobres crianças, onde está empregado tão bem (Lutero, 1995, vol. 5, p. 304).

Nesse sentido, Lutero apontou para um problema milenar da educação: a falta de investimento. Enquanto a educação não for prioridade, será feita de maneira paliativa e não cumprirá seu propósito transformador. As autoridades estavam muito mais preocupadas com as investidas militares contra os turcos do que com a educação. Era uma incoerência, em sua opinião, a doação de um ducado para essa guerra. Seria mais “justo que se doassem cem ducados, embora com eles se pudesse educar apenas um garoto” (Lutero, 1995, vol. 5, p. 305).

Faltava investimento com relação ao corpo docente. O descaso com o professorado não podia passar sem sua denúncia. Por isso, logo adiante, ele reclama que “anualmente é preciso levantar grandes somas para armas, estradas, pontes, diques e inúmeras outras obras semelhantes, para que uma cidade possa viver em paz e segurança temporal”, mas questiona, em seguida: “Por que não levantar igual soma

para a pobre juventude necessitada, sustentando um ou dois homens competentes como professores?” (Lutero, 1995, vol. 5, p. 305).

Contudo, não se trata somente de investimento, na leitura de Lutero. Também é importante que haja mudança metodológica e reforma educacional, ou seja, uma renovação e atualização. As escolas estavam presas em modelos que não dialogavam mais com a sociedade transeunte da modernidade. Assim, ele disse: “É bem verdade: se as universidades e conventos continuarem como estão, sem a aplicação de novos métodos de ensino e modos de vida para os jovens, preferiria que nenhum jovem aprendesse qualquer coisa e que ficassem mudos” (Lutero, 1995, vol. 5, p. 306).

Se levada a sério, a educação poderia transformar a sociedade. Muitas pessoas que estavam no poder não governavam apropriadamente e prestavam um desserviço à população. Havia muita corrupção e falta de respeito ao próximo, de maneira que os governantes conduziam a gestão para servir aos seus próprios interesses. Não era um *status quo* agradável. A educação estava em declínio. No entanto, Lutero via a possibilidade de algo mudar, contanto que as autoridades assumissem a responsabilidade. Nesse sentido, as escolas deveriam ter um programa mais amplo e criterioso, com currículo pensado nas demandas de seu tempo. Por isso, Lutero ainda sugere estudos que formassem lideranças eclesiásticas e políticas.

Sempre haverá de existir um regime secular. Acaso se há de permitir que governem apenas grosseirões e malandros, quando se pode fazer as coisas muito bem de outro modo? Isso é de fato um procedimento selvagem e insensato. Por fim, seria melhor transformar porcos e lobos em senhores e nomeá-los para governarem sobre pessoas que não querem preocupar-se como poderiam

ser governados por gente. Também é uma maldade desumana quando não se pensa além do seguinte: Agora nós estamos no governo; que nos interessam os problemas dos que vêm depois de nós? Pessoas deste tipo, que no governo procuram apenas seu próprio proveito e honra, não devem governar sobre seres humanos, mas sobre porcos e cachorros (Lutero, 1995, vol. 5, p. 310).

Educação era urgente. Lutero afirmou: “urge que se eduquem meninos e meninas”, mas reconheceu que “o homem simples nada faz neste sentido nem o pode fazer, nem o quer, nem o sabe”, destacando a ausência de capacidade nas relações de poder. Deste modo, a responsabilidade é totalmente das autoridades, mas elas não valorizam devidamente tal empreendimento: “São os príncipes e senhores que o deveriam fazer. Esses, porém, estão ocupados com passeios de trenó, bebedeiras e carnaval, seu tempo está tomado com os elevados negócios da adega, da cozinha e da alcova”. Tais atitudes principescas seriam motivo de desistir da educação? Lutero não estava disposto a abandonar essa reforma educacional e conclama outras autoridades, alegando que elas têm poder para fazer a coisa acontecer: “Por isso a responsabilidade fica exclusivamente convosco, caros conselheiros; vós também tendes espaço e autorização para isso, melhor que príncipes e senhores” (Lutero, 1995, vol. 5, p. 318).

Contudo, educação não é feita apenas a partir das políticas públicas. Deve haver uma conscientização de sua importância por parte da população. Não adiantaria os príncipes, senhores e conselheiros mudarem a história da educação e os pais não captarem a importância do organismo escola. Assim, em 1530, Lutero escreveu “Uma prédica para que se mandem os filhos à escola”. Nesse texto, o reformador propõe um caminho que desembocará não apenas na democratização da

educação, mas numa obrigatoriedade.

A responsabilidade não é apenas do Estado, mas também das famílias, com os pais também assumindo o dever de encaminhar seus filhos para a escola. Tanto neste texto como no anterior, “Lutero temia que o fleumático alemão pudesse concluir que não havia mais necessidade de ensino superior” (Schwiebert, 1950, p. 110) e conclama seus leitores a repensar o caminho da educação. Visto que a educação era para a elite e, portanto, cara, inacessível para a população, em geral, em sua *prédica*, ele “defendeu a construção de escolas e bibliotecas públicas” (Zabilka, 1969, p. 32).

Para Lutero, a escola estava diretamente ligada à realidade social, ao tipo de pessoas que compunham aquele espaço. Jovens que estavam entregues à criminalidade e outros problemas acabavam sendo resultado do desleixo quanto à educação. Ele alerta os pais e as autoridades, dizendo: “se silenciarmos e dormirmos nesse ponto, deixando a juventude no abandono e permitindo que nossos descendentes se tomem tártaros e animais selvagens, então será por culpa de nosso silêncio e ronco, e teremos que prestar contas rigorosas sobre isso” (Lutero, 1995, vol. 5, p. 332).

Um dos caminhos, portanto, seria a educação obrigatória e o Estado é que teria autoridade para deliberar tal proposição. Se exigiam o serviço militar, deveriam fazer o mesmo quanto à educação. Assim Lutero explica esse ponto de vista:

Em minha opinião, porém, também as autoridades têm o dever de obrigar os súditos a mandarem seus filhos à escola [...]. Pois, na verdade é dever dela preservar os ofícios e estados supramencionados, para que no futuro possamos ter pregadores, juristas, pastores, escri-

tores, médicos, professores e outros, pois não podemos prescindir deles. Se podem obrigar os súditos capazes a carregar lanças e arcabuzes, escalar os muros e outras coisas mais que devem ser feitas em caso de guerra, quanto mais podem e devem obrigar os súditos a mandarem os filhos à escola (Lutero, 1995, vol. 5, p. 362).

Contudo, é preciso mencionar que essa era uma mudança de paradigma, afinal, vimos que as escolas da época não estavam atendendo muito bem às necessidades daquela sociedade (já, em certa medida, utilitarista) e diversas pessoas não consideravam importante a formação de seus filhos, senão que eles trabalhassem e contribuíssem para as necessidades do lar. Era mais importante o sustento familiar, que gerava o trabalho precoce, do que o envio dos filhos para a escola. O que eles ‘ganhariam’ estudando? Seria o questionamento comum de muitas pessoas naquele tempo (e, curiosamente, ainda o é hoje).

Deste modo, Jardimino (2009, p. 47) explica que, “as exortações do reformador estão dentro de um quadro maior, de um contexto sociopolítico e econômico que exigia uma nova maneira de formar o sujeito para aquela sociedade”, isto é, “formar e capacitar pessoas não para viverem na erudição do palácio, mas para darem conta das grandes exigências que se avizinhavam para a sociedade do acelerado século XVI”. Mas, os pais tendiam a pensar de maneira utilitária.

Na contramão desse utilitarismo alemão, Lutero entende que a escola poderia dar uma formação mais ampla, não apenas para a formação espiritual e servindo aos interesses eclesiais, senão direcionando o povo para a ação mais abrangente da sociedade. Em Lutero, a Igreja precisa de pastores e mestres, enquanto que as cidades precisam de líderes e conselheiros. Vocação não pode ser limitada ao serviço da Igreja. Todos são vocacionados para o reformador alemão e podem

servir a Deus em seus respectivos trabalhos. Por isso, ele defendia que é na escola que as novas gerações serão habilitadas para a liderança e serviço.

Painter (2023, p. 134) destaca que seria errôneo partir do pressuposto de que Lutero estava interessado tão somente na educação religiosa a fim de servir ao organismo eclesiástico. Na verdade, “suas visões eram muito amplas do que isso. Ele reclamou que os papistas conduziam escolas quase exclusivamente no interesse do sacerdócio” e “considerava o governo civil como uma instituição divina, bem como um arranjo necessário para a ordem social e felicidade”, de modo que, “em ambos os aspectos, ela deve ser mantida”. A interpretação de Painter está correta. Lutero, de fato, declarou que o regime secular “é uma maravilhosa ordem divina e uma excelente dádiva de Deus. Ele o instituiu e estabeleceu e quer vê-lo preservado, visto que dele não se pode prescindir”, afinal, “se não existisse, ninguém poderia subsistir diante do outro. As pessoas se devorariam entre si como fazem os animais irracionais” (Lutero, 1995, vol. 5, p. 346-347).

Quanto à importância da formação ministerial, Lutero estava convicto de que ela precisava ser mais relacionada com o *ethos* das Escrituras, impulsionando os futuros clérigos ao que podemos chamar de práxis transformadora e responsável. Quais deveriam ser as incumbências de um pastor? Seria restrita tão somente às homilias, ao discurso do púlpito? Ou não teria também funções e responsabilidades sociais? A escola é o caminho para essa formação mais holística. Era dever do pastor cuidar das pessoas em vulnerabilidade e assistir nas várias necessidades delas. Assim, Lutero explica:

[Um clérigo] Pode consolar os tristes, aconselhar, intermediar em casos de conflito, reconciliar consciências confusas, ajudar a manter a paz, a reconciliar, a viver

em harmonia c inúmeras obras mais diariamente. Pois um pregador confirma, fortalece e ajuda a preservar a autoridade, toda a paz secular, resiste aos sediciosos, ensina obediência, bons costumes, disciplina e honra; instrui pai, mãe, filhos, empregados, em suma, a cada qual em sua função e estado secular (Lutero, 1995, vol. 5, p. 338).

No entanto, como vocação não se restringe ao serviço religioso, Lutero não vê a escola como lugar de formação apenas desta esfera. A sociedade não precisa apenas de pastores. Ela também tem necessidade de pessoas que estejam atuando em diversas áreas. Deste modo, ele estimula que os pais levem seus filhos à escola para aprender o exercício da cidadania, para desenvolverem habilidades variadas, para serem úteis na sociedade, para exercerem outras vocações em seus campos profissionais. Lutero apontou:

Com isso, não quero ter insistido que todos devem educar seus filhos para esse ministério, pois não é necessário que todos os meninos se tornem pastores, pregadores ou professores. E é bom saber que os filhos dos patrões e grandes senhores não se destinam a essa finalidade, pois o mundo também precisa de herdeiros e gente, do contrário se destroçaria a autoridade secular (Lutero, 1995, vol. 5, p. 342).

Arnold (2019, p. 299-300) lembra que, “em 1524, assim como em 1530, Lutero escreveu em um contexto em que havia um acordo geral sobre a importância dos ofícios manuais”, por isso, “ele teve o cuidado

de especificar que não desprezava os artesãos de forma alguma, mas se preocupava com a visão de curto prazo dos pais que desprezavam a instrução ou que mantinham seus filhos em casa para se beneficiarem do trabalho manual gratuito”. Ele sabia que a democratização da educação ainda era uma realidade distante. Sendo assim, também incentivava “que outros ajudassem, por meio de bolsas de estudo, aquelas crianças que eram capazes de estudo acadêmico, mas que eram pobres” (Arnold, 2019, p. 300).

Quanto à questão das bolsas de estudo, de acordo com Lutero, “as autoridades, se descobrirem um menino capacitado, procurem mandá-lo à escola. Se o pai for pobre, usem-se para isso os recursos da Igreja” (Lutero, 1995, vol. 5, p. 362). As pessoas mais abastadas deveriam doar como investimento para a educação. Lutero argumenta para eles: “os ricos deveriam destinar valores para essa finalidade em seus testamentos, como fizeram alguns que instituíram bolsas de estudo. Essa seria uma forma digna de doares teu dinheiro à Igreja” (Lutero, 1995, vol. 5, p. 362).

Essa forma digna de doação é argumentada a partir de uma construção interessante: visto que a Igreja Católica usava o moto de que quem doava uma moeda tirava uma alma do purgatório, Lutero usou desse pano de fundo para incentivar as doações alegando que, quem investisse na educação, não estaria “tirando as almas dos falecidos do purgatório, mas, por meio da preservação dos ministérios divinos, estarás ajudando tanto aos que vivem atualmente como também às gerações futuras” (Lutero, 1995, vol. 5, p. 362).

Ao invés de tirar de um purgatório espiritual, livraria a juventude e outras gerações de uma sociedade tirana, vil, injusta, iníqua, insequente etc. Como explica Painter (2023, p. 130), “os alemães deveriam ser movidos [...] a contribuir com seus meios para o sustento das escolas, porque eles foram aliviados das exações papais. As grandes oportuni-

des oferecidas à Alemanha pela Reforma não deveriam passar sem melhorias”. Somente com a conscientização e participação efetiva de todos (autoridades e cidadãos) é que a educação poderia ser reformada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lutero foi uma personalidade importante para o processo de reforma educacional no período das reformas protestantes. É preciso reconhecer que ele se trata de uma figura complexa nesse quesito, com teias de assuntos que vão mais longe do que este pequeno ensaio tem condições de abordar. Reconhecemos que, sua complexidade transcende a quantidade de literaturas que ele escreveu, chegando também à paradoxal postura contraditória entre as forças de mudança e a conservação de elementos da educação vigente em sua época. No entanto, não é possível não reconhecer sua importância para a mudança de paradigma quanto à transição da educação somente da elite para a das pessoas comuns, isto é, a democratização educacional.

Lutero estava ciente dos desafios de sua época para a educação. Diante de suas fontes primárias principais relacionadas a esta temática, pudemos concluir que ele via na educação um caminho instrumental para a mudança social. Se houvesse o devido investimento nesta área, as gerações futuras usufruiriam de uma sociedade com mais justiça, igualdade e equidade. Investimento era necessário e urgente, mas também que as autoridades tomassem alguma medida. A educação deveria sair da responsabilidade eclesial e se tornar alvo das políticas públicas. Os pais deveriam enviar os filhos à escola, mas os príncipes, os senhores e conselheiros é que tinham o poder de mudança. Assim como tornavam o serviço militar obrigatório, a educação também deveria ser.

Em Lutero, encontramos veredas e horizontes que ainda se rela-

cionam diretamente com o século XXI. Apesar de vivermos em uma época completamente diferente, com avanço tecnológico e de políticas públicas, as palavras do reformador alemão parecem ainda ecoar retumbantemente em nossos ouvidos. Não temos um sistema de monarquia no Brasil, mas as nossas autoridades precisam de um olhar mais acurado para a educação ainda hoje, ao invés de pensarem em seus deleites pessoais, como Lutero denuncia em sua carta às autoridades. O investimento na educação ainda é muito aquém do que deveria ser. Em muitos lugares, a precariedade é visível e vergonhosa. Os professores estão longe de serem valorizados como deveriam. Ao que parece, ainda precisamos de novas reformas educacionais.

REFERÊNCIAS

ARBLASTER, Paul; JUHÁSZ, Gergely; LATRÉ, Guido. **Tyndale's Testament**. Turnhout: Brepols, 2002.

ARNOLD, Matthieu. Luther and Education. **Lutheran Quarterly**, v. 33, n. 3, p. 287-303, July-September 2019.

COORNHERT, Dirck. *"Luther onthult het bedrog van de katholieke geestelijkheid"*, 1604. In: Página do **Rijksmuseum, Amsterdam**. Número de acervo: RP-P-1886-A-10373. Disponível em: <https://www.rijksmuseum.nl/en/collection/RP-P-1886-A-10373>. Acesso em: 23 nov. 2024.

DREHER, Martin. Debate para o Esclarecimento do Valor das Indulgências [Introdução e Comentários]. In: LUTERO, Martinho. **Obras Selecionadas**, vol. 1 – Os primórdios. Escritos de 1517 a 1519. [trads: Annemarie Höhn, Ilson Kayser, Luís M. Sander, Martinho L. Hasse e Walter O. Schlupp]. São Leopoldo / Porto Alegre: Sinodal / Concórdia, 1987, p. 21-29.

FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, um destino**. [trad. Dorothee de Bruchard]. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

JARDILINO, José Rubens Lima. **Lutero e a educação**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

LEWIS, Charlton T.; SHORT, Charles. **A Latin Dictionary**. Oxford: Clarendon Press, 1945.

LOBENSTEIN-REICHMANN, Anja. Martin Luther, Bible Translation, and the German Language. **Oxford Research Encyclopedia of Religion**, 2017. Disponível em: <https://oxfordre.com/religion/view/10.1093/acrefore/9780199340378.001.0001/acrefore-9780199340378-e-382>. Acesso em: 24 nov. 2024.

LUTERO, Martinho. Debate para o esclarecimento do valor das indulgências. In: _____. **Obras Selecionadas**, vol. 1 – Os primórdios. Escritos de 1517 a 1519. [trads: Annemarie Höhn, Ilson Kayser, Luís M. Sander, Martinho L. Hasse e Walter O. Schlupp]. São Leopoldo / Porto Alegre: Sinodal / Concórdia, 1987, p. 21-29.

LUTERO, Martinho. À nobreza cristã da nação alemã, acerca da melhoria do estamento cristão. In: _____. **Obras Selecionadas**, vol. 2 – O Programa da Reforma. Escritos de 1520. [trads: Martin N. Dreher, Ilson Kayser, Cláudio Molz, Luís M. Sander e Walter O. Schlupp]. São Leopoldo / Porto Alegre: Sinodal / Concórdia, 1988, p. 277-340.

LUTERO, Martinho. Aos Conselhos de todas as Cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs. In: _____. **Obras Selecionadas**, vol. 5 – Ética: Fundamentos - Oração Sexualidade - Educação - Economia. [trads: Martin N. Dreher, Nestor L. J. Beck, Joachim H. Fischer, Martim C. Warth e Ricardo Rieth]. São Leopoldo / Porto Alegre: Sinodal / Concórdia, 1995, p. 302-325.

LUTERO, Martinho. Uma prédica para que se mandem os filhos à escola. In: _____. **Obras Selecionadas**, vol. 5 – Ética: Fundamentos - Oração Sexualidade - Educação - Economia. [trads: Martin N. Dreher, Nestor L. J. Beck, Joachim H. Fischer, Martim C. Warth e Ricardo Rieth]. São Leopoldo / Porto Alegre: Sinodal / Concórdia, 1995, p. 326-363.

LUTHER, Martin. **Ein Sendbrief vom Dolmetschen**. An Open Letter on Translating. [Transl. Howard Jones]. Oxford: Taylor Institution Library, 2017.

MOUSNIER, Roland. **História social das civilizações**: séculos XVI e XVII, vol. 1. São Paulo: DIFEL, 1973.

PAINTER, Franklin Verzelius Newton. **Luther On Education**: Including a Historical Introduction, and a Translation of the Reformer's Two Most Important Educational Treatises. London: Legare Street Press, 2023.

SCHWIEBERT, Ernest George. **Luther and His Times**. St. Louis: Concordia Publishing House, 1950.

ZABILKA, Ivan L. Martin Luther's Contribution to the Cause of Universal Education. **The Asbury Seminarian**, v. 23, n. 3, p. 26-38, July-September 1969.

SOBRE O AUTOR

Doutor em Ciências da Religião pela UMESP, Mestre em Teologia pela FABAPAR, Teólogo e Historiador. Atualmente, finaliza um pós-doutorado em Educação, Artes e História pela Mackenzie e um Mestrado em Educação pela UMESP. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0782-5748>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4248156992793751>.

E-mail: prvinciuscouto@yahoo.com.br.